



Apostila

Edição 2024

Síntese da Apostila

1. Pensão por Morte

Requisitos: Falecimento de um segurado do INSS.

Documentação: Certidão de óbito, documentos do falecido e dos dependentes, comprovação de dependência econômica.

Exemplo: Ana e seus filhos, após o falecimento do marido e pai, Carlos

2. Auxílio-Doença

Requisitos: Qualidade de segurado, carência de 12 meses (exceto para doenças específicas), e incapacidade temporária.

Documentação: Documentos pessoais, comprovantes de contribuição, e atestado médico.

Exemplo: Joana, incapacitada temporariamente devido a uma fratura.

3. Auxílio-Acidente

Requisitos: Qualidade de segurado no momento do acidente, sequelas permanentes que reduzem a capacidade laboral.

Documentação: Documentos pessoais, comprovantes de contribuição, documentação médica, e boletim de ocorrência (se aplicável).

Exemplo: Carlos, eletricitista que sofreu um acidente de moto.

4. Aposentadoria

4.1. Tipos de Aposentadoria

5. Aposentadoria Rural

Tipos: Por idade (homens: 60 anos; mulheres: 55 anos), por invalidez, e por tempo de contribuição.

Documentação: Documentos pessoais, comprovação de atividade rural, e, se aplicável, laudo médico para invalidez.

Exemplos: Maria, agricultora familiar, e João, pescador artesanal incapacitado.

6. LOAS/Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Informações sobre o LOAS/BPC não foram especificamente detalhadas anteriormente.

7. Auxílio-Reclusão

Requisitos: Segurado preso em regime fechado ou semiaberto, sem recebimento de salário ou benefício do INSS.

Documentação: Documentos do segurado e dos dependentes, certidão da sentença condenatória ou declaração da unidade prisional.

Exemplo: Dependentes de Marcos, que foi detido e deixou família desamparada.

8. Salário-Maternidade

Informações sobre o salário-maternidade não foram especificamente detalhadas anteriormente.

9. Solicitando Documentos ao Cliente para Requerimento de Benefício Previdenciário

10. Assinatura do Kit de Procuração

11. Escanear Documentação e Enviar

PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte é um benefício previdenciário concedido aos dependentes de um trabalhador que faleceu ou teve sua morte declarada judicialmente, desde que este trabalhador fosse segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no momento do falecimento. Este benefício visa oferecer suporte financeiro aos dependentes, ajudando a amenizar o impacto econômico causado pela perda.

Requisitos para a Pensão por Morte

1. Qualidade de Segurado do Falecido: O falecido deve estar em dia com suas contribuições ao INSS ou possuir a qualidade de segurado no momento da morte.

2. Dependentes Elegíveis:

- Cônjuge, companheiro(a) ou companheiro(a) em união estável.
 - Filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 anos ou inválidos/incapazes.
 - Pais, se comprovada a dependência econômica.
 - Irmãos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 anos ou inválidos/incapazes, se comprovada a dependência econômica.
-

Documentação Necessária

1. Documentos do Falecido:

- Certidão de óbito.

- Documento de identificação com foto e CPF.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou outros documentos que comprovem a contribuição ao INSS.
 - Número do PIS/PASEP.
-

2. Documentos dos Dependentes:

- Documento de identificação com foto e CPF.
 - Certidão de casamento ou documento que comprove união estável.
 - Certidão de nascimento (para filhos ou irmãos).
 - Laudo médico atestando invalidez/incapacidade (para filhos, irmãos inválidos ou incapazes, e pais, se for o caso).
 - Comprovante de residência.
-

3. Comprovação de Dependência Econômica (para pais e irmãos):

- Declaração de imposto de renda do segurado, indicando o dependente.
 - Documentos que comprovem a dependência econômica.
-

Procedimento de Requerimento

O requerimento da pensão por morte pode ser feito por meio do portal ou aplicativo “Meu INSS”, ou presencialmente em uma agência do INSS, mediante agendamento. Os dependentes devem preencher o formulário de solicitação do

benefício, anexar toda a documentação necessária e, em alguns casos, podem ser convocados para uma entrevista ou avaliação social.

Exemplo Prático

Situação: Carlos, um trabalhador que contribuía regularmente para o INSS, falece deixando sua esposa, Ana, e dois filhos menores, Pedro e Luísa.

Ações:

-
- Ana reúne a certidão de óbito de Carlos, seus documentos pessoais e dos filhos, a certidão de casamento e os documentos que comprovem a contribuição de Carlos ao INSS.
 - Ela acessa o portal “Meu INSS”, preenche o requerimento da pensão por morte, anexa os documentos digitalizados e envia o pedido.
 - Ana e os filhos são reconhecidos como dependentes elegíveis para receber a pensão.
-

Resultado: O INSS analisa a documentação e aprova o pedido de pensão por morte. Ana e seus filhos passam a receber o benefício, que será distribuído entre eles, garantindo suporte financeiro após a perda de Carlos.

Este exemplo destaca a importância de reunir adequadamente toda a documentação necessária e seguir os procedimentos corretos para garantir o direito ao benefício da pensão por morte, oferecendo uma rede de segurança financeira para os dependentes do segurado falecido.



Auxilio Doença

O auxílio-doença é um benefício concedido aos segurados da Previdência Social que se encontram temporariamente incapazes de trabalhar por motivo de doença ou acidente. Para ter direito a esse benefício, o segurado deve cumprir certos requisitos legais e apresentar a documentação exigida. Vamos detalhar esses aspectos, incluindo um exemplo prático para facilitar o entendimento.

Requisitos para o Auxílio-Doença

1. **Qualidade de Segurado:** O trabalhador deve estar inscrito e em dia com as contribuições para a Previdência Social no momento da doença ou acidente.
2. **Carência:** É necessário ter contribuído por um mínimo de 12 meses para a Previdência Social, exceto em casos de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, para os quais não se exige carência.
3. **Incapacidade Temporária para o Trabalho:** Deve ser comprovada incapacidade temporária para o trabalho por meio de exame realizado pela perícia médica da Previdência Social.

Documentação Necessária

1. **Documentos Pessoais:**
 - Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH).
 - CPF.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
 - Número do PIS/PASEP.

2. Comprovantes de Contribuição:

- Extrato de contribuições à Previdência Social (CNIS).
- Últimos comprovantes de pagamento das contribuições previdenciárias, se for contribuinte individual.

3. Documentação Médica:

- Atestados médicos que comprovem a doença ou o acidente.
- Relatórios médicos detalhados, incluindo diagnóstico com CID (Classificação Internacional de Doenças), tratamentos realizados e em curso, e previsão de tempo de recuperação.

Procedimento de Requerimento

O requerimento do auxílio-doença pode ser feito por meio do site ou aplicativo “Meu INSS”, ou por telefone, através do número de atendimento da Previdência Social. Após o agendamento, o segurado deve comparecer à perícia médica na data e local indicados, levando toda a documentação necessária.

Exemplo Prático

Situação: Joana, uma professora de 30 anos, sofreu uma fratura no pé durante uma atividade física e está impossibilitada de trabalhar por um período de 60 dias, conforme atestado pelo seu médico.

Ações:

- Joana verifica se está com as contribuições em dia e confirma sua qualidade de segurada.

- Ela reúne toda a documentação necessária, incluindo atestados e relatórios médicos com o CID da fratura.
- Joana acessa o site “Meu INSS”, preenche o requerimento do auxílio-doença e agenda a perícia médica.
- Na data agendada, ela comparece à perícia, apresenta todos os documentos e o médico perito avalia sua condição.

Resultado: Após a perícia, o pedido de Joana é aprovado, e ela passa a receber o auxílio-doença durante o período de sua recuperação, garantindo assim suporte financeiro enquanto está incapacitada para o trabalho.

Este exemplo destaca a importância de manter as contribuições em dia, entender os requisitos e preparar adequadamente a documentação necessária para a solicitação do auxílio-doença.



Auxilio Acidente

O auxílio-acidente é um benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos segurados que sofreram um acidente de qualquer natureza (que não esteja relacionado ao trabalho) e que resultou em sequelas definitivas que reduzem sua capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam. Este benefício visa compensar a perda da capacidade laborativa e é concedido independentemente do recebimento de aposentadoria.

Requisitos para o Auxílio-Acidente

1. **Qualidade de Segurado:** O trabalhador deve estar inscrito e em dia com as contribuições para a Previdência Social no momento do acidente.
2. **Sequelas Definitivas:** O acidente deve ter causado sequelas permanentes que reduzam a capacidade para o trabalho habitualmente exercido.
3. **Inexistência de Necessidade de Assistência Permanente:** Diferentemente do auxílio-doença, para o auxílio-acidente, não é necessário que o segurado esteja incapaz de trabalhar, mas que tenha sua capacidade laborativa reduzida.
4. **Carência:** Não é exigida carência para concessão do auxílio-acidente.

Documentação Necessária

1. **Documentos Pessoais:**
 - Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH).
 - CPF.

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- Número do PIS/PASEP.

2. Comprovantes de Contribuição:

- Extrato de contribuições à Previdência Social (CNIS).

3. Documentação Médica e Relacionada ao Acidente:

- Atestados e relatórios médicos detalhados descrevendo as sequelas do acidente, diagnóstico com CID (Classificação Internacional de Doenças), tratamentos realizados e em curso, e descrição de como essas sequelas reduzem a capacidade de trabalho.
- Boletim de ocorrência (BO), no caso de acidentes de trânsito ou outros acidentes de natureza externa.
- Laudo pericial indicando a existência de sequelas permanentes resultantes do acidente.

Procedimento de Requerimento

O requerimento do auxílio-acidente pode ser realizado por meio do portal ou aplicativo “Meu INSS”, ou diretamente em uma agência do INSS, mediante agendamento. O segurado deverá passar por uma perícia médica que avaliará as sequelas e a redução da capacidade laborativa.

Exemplo Prático

Situação: Carlos, um eletricista de 40 anos, sofreu um acidente de moto ao voltar do trabalho, resultando em uma lesão no joelho que, mesmo após tratamento,

limitou permanentemente sua mobilidade e reduziu sua capacidade de executar as mesmas atividades laborais de antes.

Ações:

- Carlos confirma sua qualidade de segurado e reúne toda a documentação necessária, incluindo o boletim de ocorrência e os atestados médicos detalhados das sequelas.
- Ele acessa o portal “Meu INSS”, preenche o requerimento do auxílio-acidente e agenda a perícia médica.
- Na data agendada, Carlos comparece à perícia, onde o médico perito avalia suas sequelas e determina a redução da capacidade laborativa.

Resultado: Após a perícia, o pedido de Carlos é aprovado, e ele passa a receber o auxílio-acidente. Esse benefício será pago enquanto perdurar a sequela que reduz sua capacidade de trabalho, servindo como uma compensação pela redução de sua capacidade laborativa.

Este exemplo ilustra a importância de documentar adequadamente o acidente e suas consequências, bem como seguir o procedimento de requerimento para garantir o suporte financeiro adequado diante de sequelas permanentes causadas por um acidente.

APOSENTADORIA

Tipos

Vamos detalhar ainda mais cada tipo de aposentadoria com exemplos específicos, facilitando a compreensão de como cada modalidade se aplica a diferentes situações profissionais e pessoais.

1. Aposentadoria por Idade

Exemplo detalhado:

- **Pessoa:** Ana, 62 anos, professora.
- **Histórico:** Ana começou a trabalhar aos 22 anos. Ao longo de sua carreira, contribuiu para o INSS por 40 anos.
- **Situação:** Ao atingir 62 anos, Ana decide se aposentar. Ela já superou o requisito mínimo de 15 anos de contribuição exigido para mulheres e atingiu a idade mínima de 62 anos.
- **Resultado:** Ana é elegível para a aposentadoria por idade, com o benefício calculado com base em suas contribuições ao longo dos anos.

2. Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Exemplo detalhado:

- **Pessoa:** Roberto, 55 anos, mecânico.
- **Histórico:** Roberto começou a trabalhar aos 20 anos em uma oficina mecânica. Ele contribuiu consistentemente para o INSS por 35 anos.

- **Situação:** Embora Roberto tenha apenas 55 anos, ele já atingiu o tempo de contribuição necessário para homens (35 anos).
- **Resultado:** Roberto decide se aposentar com base no tempo de contribuição. Ele não precisa esperar até a idade mínima para a aposentadoria por idade, pois já cumpriu o requisito de tempo de contribuição.

3. Aposentadoria Especial

Exemplo detalhado:

- **Pessoa:** Marina, 48 anos, técnica em radiologia.
- **Histórico:** Marina trabalhou em hospitais, exposta a radiações ionizantes por 25 anos, uma condição considerada prejudicial à saúde.
- **Situação:** Devido à sua exposição a condições de trabalho que oferecem risco à saúde, Marina pode requerer a aposentadoria especial aos 25 anos de contribuição, sem precisar atingir uma idade específica.
- **Resultado:** Marina é elegível para a aposentadoria especial devido ao seu trabalho em ambiente com exposição a radiações ionizantes, tendo cumprido o período exigido de 25 anos de contribuição em condições especiais.

4. Aposentadoria por Invalidez

Exemplo detalhado:

- **Pessoa:** Lucas, 39 anos, eletricista.

- **Histórico:** Lucas sofreu um acidente de trabalho que resultou em uma lesão grave, deixando-o permanentemente incapaz de exercer sua profissão ou qualquer outra atividade laboral.
- **Situação:** Após o acidente, Lucas passou por avaliações médicas que confirmaram sua incapacidade permanente para o trabalho.
- **Resultado:** Lucas é considerado elegível para a aposentadoria por invalidez, pois atende aos requisitos de incapacidade laborativa permanente, independentemente de sua idade ou tempo total de contribuição.

Observações Adicionais:

- **Cálculo do Benefício:** O valor do benefício pode variar de acordo com a legislação específica, a média das contribuições, e outros fatores previdenciários.
- **Documentação Necessária:** Para requerer qualquer uma dessas aposentadorias, é essencial organizar a documentação comprovando idade, tempo de contribuição, condições especiais de trabalho, ou incapacidade, conforme o caso.
- **Procedimento de Requerimento:** O processo de solicitação geralmente envolve a apresentação dos documentos necessários ao órgão previdenciário responsável, que pode incluir desde atendimento online até visitas presenciais a agências para avaliação médica, no caso de aposentadoria por invalidez.

Estes exemplos ilustram situações comuns enfrentadas por trabalhadores ao considerar a aposentadoria, ressaltando a importância de entender os diferentes critérios e requisitos para cada tipo de benefício previdenciário.

APOSENTADORIA RURAL

A aposentadoria rural é um benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a trabalhadores do campo que comprovem atividade rural, seja como empregado, trabalhador avulso, empregador rural, garimpeiro ou como segurado especial, incluindo agricultores familiares, pescadores artesanais e indígenas que exercem suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. Este benefício é destinado a garantir a segurança social para aqueles que dedicaram sua vida ao trabalho no campo, com regras diferenciadas em relação à aposentadoria urbana.

Tipos de Aposentadoria Rural

1. Aposentadoria por Idade Rural

- **Homens:** 60 anos de idade.
- **Mulheres:** 55 anos de idade.
- Em ambos os casos, é necessário comprovar no mínimo 15 anos de trabalho no campo.

2. Aposentadoria por Invalidez Rural

- Concedida ao trabalhador rural que se tornar permanentemente incapaz para o trabalho agrícola ou para a sua atividade habitual, sem exigência de idade mínima.

3. Aposentadoria por Tempo de Contribuição Rural

- Embora mais rara, essa modalidade permite ao trabalhador rural aposentar-se por tempo de contribuição, combinando períodos de atividade rural e urbana, se houver, para atingir o tempo necessário de contribuição ao INSS.

Documentação Necessária

Para Todas as Modalidades

1. Documentos Pessoais:

- Documento de identificação oficial com foto.
- CPF.
- Certidão de nascimento ou casamento.

2. Comprovantes de Atividade Rural:

- Declaração do sindicato de trabalhadores rurais ou de pescadores artesanais que represente o segurado, atestando o período e a atividade exercida.
- Notas fiscais de entrada de mercadorias.
- Documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa, entreposto de pescado ou outros.
- Comprovantes de cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- Bloco de notas do produtor rural.
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), se houver.

3. Documentação Específica por Modalidade:

- Para aposentadoria por invalidez: Laudos médicos comprovando a incapacidade.

Exemplos e Exemplificação

Exemplo 1: Aposentadoria por Idade Rural

Situação: Maria, uma agricultora familiar de 55 anos, trabalhou na lavoura desde jovem, contribuindo com o sustento da família através do cultivo de diversos produtos agrícolas. Ela nunca trabalhou no regime urbano.

Ações:

- Maria reúne documentos que comprovem sua atividade rural, incluindo declaração do sindicato, notas de produtor rural e registros em seu nome no INCRA.
- Ela solicita a aposentadoria por idade rural junto ao INSS, apresentando toda a documentação necessária.

Resultado: Com base na documentação apresentada, o INSS reconhece os 15 anos de atividade rural de Maria e concede a aposentadoria por idade.

Exemplo 2: Aposentadoria por Invalidez Rural

Situação: João, um pescador artesanal de 48 anos, sofre um acidente que o deixa permanentemente incapaz de continuar exercendo sua atividade pesqueira.

Ações:

- João obtém um laudo médico detalhando sua incapacidade.

- Ele reúne documentação comprovando sua atividade como pescador artesanal, incluindo declaração do sindicato e comprovantes de venda de pescado.
- João solicita a aposentadoria por invalidez rural ao INSS.

Resultado: Após análise da documentação e do laudo médico, o INSS concede a aposentadoria por invalidez a João, reconhecendo sua incapacidade de seguir trabalhando.

Observações Finais

A aposentadoria rural é essencial para garantir direitos previdenciários a quem dedicou a vida ao trabalho no campo. A comprovação da atividade

LOAS

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), conhecido também pela sigla LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), é um benefício da assistência social garantido pela Constituição Federal brasileira e regulamentado pela Lei nº 8.742/93. Destina-se a fornecer um salário mínimo mensal a pessoas idosas com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência de qualquer idade, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Requisitos para o BPC/LOAS

Para Pessoas com Deficiência:

1. Qualquer idade.
2. Comprovação de deficiência que incapacite para a vida independente e para o trabalho, avaliada tanto sob o aspecto biopsicossocial por equipe multidisciplinar do INSS.
3. Renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo vigente.

Para Idosos:

1. Idade igual ou superior a 65 anos, para homens ou mulheres.
2. Renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo vigente.

Documentação Necessária

1. Documentos Pessoais:
 - Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH).

- CPF.
- Certidão de nascimento ou casamento.
- Comprovante de residência.

2. Para Pessoas com Deficiência:

- Laudos médicos recentes que comprovem a deficiência.
- Relatórios médicos detalhando o grau de incapacidade e como esta afeta a capacidade de trabalho e de viver de forma independente.

3. Comprovante de Renda Familiar:

- Documentos que comprovem a renda de todos os membros da família, como contracheques, declaração de Imposto de Renda, extratos de benefícios sociais, entre outros.

Procedimento de Requerimento

O requerimento do BPC/LOAS pode ser feito pelo site ou aplicativo “Meu INSS”, ou diretamente em uma agência do INSS, mediante agendamento prévio. Não é necessário ter contribuído para o INSS para ter direito ao benefício, pois se trata de uma assistência social. Após o agendamento, é necessário passar por uma avaliação social e, no caso de pessoas com deficiência, também por uma avaliação médica.

Exemplo Prático

Situação: Maria, de 70 anos, vive sozinha e tem uma renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo. Ela não possui renda fixa e depende da ajuda de vizinhos e amigos para sua subsistência.

Ações:

- Maria reúne todos os documentos necessários, incluindo sua identidade, CPF, comprovante de residência e documentos que comprovem sua situação econômica.
- Ela ou um representante acessa o portal “Meu INSS”, preenche o requerimento para o BPC/LOAS para idosos e agenda uma entrevista na agência do INSS mais próxima.
- Na data agendada, Maria comparece à agência do INSS para a entrevista de avaliação social.

Resultado: Após a avaliação, o pedido de Maria é aprovado. Ela passa a receber um salário mínimo mensal como Benefício de Prestação Continuada, garantindo assim um suporte financeiro para suas necessidades básicas.

Este exemplo destaca a importância do BPC/LOAS como uma rede de proteção social para idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica, assegurando-lhes o direito a uma vida digna.

Auxilio RECLUSÃO

O auxílio-reclusão é um benefício previdenciário destinado aos dependentes de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que foram presos e não recebem remuneração da empresa em que trabalhavam nem outro benefício do INSS. Este benefício tem como objetivo oferecer suporte financeiro aos familiares do segurado recluso durante o período de sua prisão, sob regime fechado ou semiaberto, sem direito a liberdade condicional ou que esteja recebendo salário ou outro benefício.

Requisitos para o Auxílio-Reclusão

1. **Qualidade de Segurado:** O detento deve estar na condição de segurado do INSS no momento da prisão.
2. **Baixa Renda:** O último salário de contribuição do segurado antes da prisão deve ser igual ou inferior ao limite definido pela legislação para concessão do benefício. Esse limite é atualizado periodicamente.
3. **Regime de Prisão:** O segurado deve estar detido em regime fechado ou semiaberto, conforme atestado pela certidão expedida pela autoridade competente.
4. **Dependentes:** O benefício é destinado aos dependentes do segurado, como cônjuges, companheiros, filhos e irmãos menores de 21 anos (ou de qualquer idade, se incapacitados fisicamente ou mentalmente) ou pais, que comprovem dependência econômica do segurado.

Documentação Necessária

1. Documentos do Segurado:

- Documento de identificação com foto e CPF.
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou outro documento que comprove a situação de segurado.
- Certidão da sentença condenatória, especificando o regime de cumprimento de pena, ou declaração da unidade prisional, comprovando a efetiva recolhimento à prisão.

2. Documentos dos Dependentes:

- Documento de identificação com foto e CPF de cada dependente.
- Certidão de nascimento (para filhos) ou casamento, ou documento que comprove união estável.
- Comprovante de dependência econômica, se necessário, como declaração escolar dos filhos ou documentos que comprovem a dependência financeira de pais ou irmãos.

3. Comprovante de Renda:

- Último contracheque do segurado ou documento que comprove o último salário de contribuição.

Procedimento de Requerimento

O requerimento do auxílio-reclusão deve ser feito pelos dependentes do segurado recluso através do portal ou aplicativo “Meu INSS”, ou em uma agência do INSS, mediante agendamento prévio. É necessário preencher o formulário de

requerimento, anexar toda a documentação necessária e, em alguns casos, pode ser necessária a realização de uma entrevista ou avaliação social.

Exemplo Prático

Situação: Marcos, um trabalhador que contribuía regularmente para o INSS, foi detido em regime fechado. Ele tem dois filhos menores e sua esposa, Ana, que dependiam financeiramente dele.

Ações:

- Ana reúne todos os documentos necessários, incluindo a certidão da sentença condenatória de Marcos e os documentos de identificação de todos os dependentes.
- Ela acessa o portal “Meu INSS”, preenche o requerimento do auxílio-reclusão, anexa os documentos digitalizados e envia o pedido.
- Após o envio, Ana acompanha o andamento do processo através do próprio portal.

Resultado: O pedido de Ana é analisado e aprovado pelo INSS. Ela e seus filhos passam a receber o auxílio-reclusão mensalmente, oferecendo suporte financeiro durante o período de reclusão de Marcos.

Este exemplo destaca a importância de se manter regular com as contribuições ao INSS e de reunir adequadamente toda a documentação necessária para garantir a concessão do benefício aos dependentes em caso de reclusão do segurado.

SALÁRIO MATERNIDADE

O salário-maternidade é um benefício previdenciário concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) às pessoas que se afastam de suas atividades laborais por motivo de nascimento de filho, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. Este benefício tem como objetivo substituir a renda do segurado durante o período de afastamento, garantindo proteção à maternidade e à infância.

Requisitos para o Salário-Maternidade

1. **Qualidade de Segurado:** A requerente deve estar na condição de segurada do INSS, seja como empregada, empregada doméstica, contribuinte individual, segurada especial ou desempregada, desde que mantenha a qualidade de segurada.
2. **Evento Gerador:** O benefício é concedido em casos de:
 - Nascimento de filho (biológico ou por meio de técnicas de reprodução assistida), incluindo natimorto.
 - Adoção ou guarda judicial para fins de adoção de criança.
 - Aborto não criminoso, conforme legislação específica, incluindo os casos de aborto por estupro ou risco de vida para a mãe.
3. **Carência:** Para empregadas, empregadas domésticas e trabalhadoras avulsas, não é exigida carência. Para as contribuintes individuais e facultativas, é necessária uma carência de 10 meses de contribuição. No caso de seguradas

especiais, é necessário comprovar a atividade rural. Para as desempregadas, é preciso manter a qualidade de segurada.

Documentação Necessária

1. Documentos Pessoais:

- Documento de identificação oficial com foto e CPF da requerente.
- Número do PIS/PASEP ou NIT (Número de Inscrição do Trabalhador).

2. Documentação Complementar:

- Certidão de nascimento ou de natimorto do filho.
- Termo de guarda, no caso de adoção ou guarda judicial para fins de adoção.
- Documentos que comprovem a adoção ou a guarda judicial para fins de adoção.
- Documentação médica comprobatória, no caso de aborto não criminoso.

3. Comprovantes de Renda (se aplicável):

- Para empregadas: não é necessário, pois o empregador é responsável pelo repasse.
- Para contribuintes individuais e seguradas especiais: comprovantes de contribuição ao INSS.

Procedimento de Requerimento

O salário-maternidade pode ser requerido diretamente no portal ou aplicativo “Meu INSS”, por telefone, através do número de atendimento da Previdência Social, ou presencialmente em uma agência do INSS, mediante agendamento. O benefício deve ser solicitado a partir de 28 dias antes do parto até o próprio parto, e, no caso de adoção, a partir da data da adoção ou guarda judicial para fins de adoção.

Exemplo Prático

Situação: Fernanda, contribuinte individual do INSS, deu à luz a uma menina. Ela contribui há mais de 10 meses.

Ações:

- Fernanda reúne sua documentação pessoal e a certidão de nascimento de sua filha.
- Ela acessa o portal “Meu INSS”, preenche o requerimento do salário-maternidade, anexa os documentos digitalizados e envia o pedido.
- Fernanda acompanha o andamento do processo pelo portal.

Resultado: O pedido de Fernanda é aprovado, e ela recebe o salário-maternidade por 120 dias, garantindo apoio financeiro durante esse período essencial de cuidado com sua filha recém-nascida.

Este exemplo ilustra a importância do benefício como um suporte financeiro para as seguradas durante o período de maternidade, assegurando que possam se dedicar ao cuidado com seus filhos, seja por nascimento ou adoção, sem preocupações financeiras imediatas.



Solicitando Documentos ao Cliente para Requerimento de Benefício Previdenciário

Detalhando os tipos de benefícios previdenciários e os documentos necessários para cada tipo de benefício, podemos criar um guia prático que auxilie tanto profissionais da área quanto beneficiários na preparação e no requerimento dos benefícios. A lista a seguir contempla os principais benefícios oferecidos pelo sistema previdenciário brasileiro, que pode variar conforme o país e suas leis específicas.

1. Aposentadoria por Idade

- **Documentos Pessoais:**
 - Documento de identificação oficial com foto (RG, CNH).
 - CPF.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
 - Certidão de nascimento ou casamento.
- **Comprovantes de Contribuição:**
 - Comprovantes de pagamento ao INSS (guias de recolhimento).
 - Extrato Previdenciário (CNIS).
- **Outros Documentos:**

- Declaração de não recebimento de benefício junto ao INSS ou outro regime previdenciário.

2. Aposentadoria por Tempo de Contribuição

- **Documentos Pessoais e de Trabalho:**

- Documento de identificação oficial com foto.
- CPF.
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para comprovação do tempo de contribuição.
- Comprovante de residência atualizado.

- **Comprovantes de Contribuição:**

- Extrato Previdenciário (CNIS).
- Guias de recolhimento (GPS) referentes a contribuições individuais, se aplicável.

- **Outros Documentos:**

- Documentos comprobatórios de períodos especiais, se houver (trabalho sob condições prejudiciais à saúde ou à integridade física).

3. Aposentadoria Especial

- **Documentos de Identificação e Contribuição:**

- Documento de identificação oficial com foto.
- CPF.

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- Extrato Previdenciário (CNIS).
- **Documentos Complementares:**
 - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).
 - Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).
 - Documentação de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), se aplicável.

4. Auxílio-Doença

- **Documentos Pessoais:**
 - Documento de identificação oficial com foto.
 - CPF.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- **Comprovantes Médicos:**
 - Atestado médico indicando a incapacidade para o trabalho, com CID (Classificação Internacional de Doenças).
 - Relatórios médicos detalhados, exames, laudos, e histórico de tratamento.
- **Comprovantes de Contribuição:**
 - Extrato Previdenciário (CNIS).

5. Aposentadoria por Invalidez

- **Documentos Pessoais e de Contribuição:**
 - Documento de identificação oficial com foto.
 - CPF.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
 - Extrato Previdenciário (CNIS).
- **Avaliação Médica:**
 - Atestado médico detalhado com CID.
 - Histórico de tratamento médico, incluindo exames e laudos que comprovem a invalidez permanente.

6. Pensão por Morte

- **Documentos do Requerente:**
 - Documento de identificação oficial com foto do requerente.
 - CPF do requerente.
 - Comprovante de residência.
- **Documentos do Falecido:**
 - Documento de identificação do falecido.
 - CPF do falecido.
 - Certidão de óbito.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

- Extrato Previdenciário (CNIS) do falecido.
- **Comprovação de Dependência:**
 - Certidão de casamento ou nascimento (para dependentes).
 - Documentação que comprove união estável ou dependência econômica.

7. Auxílio-Reclusão

- **Documentos Pessoais do Requerente:**
 - Documento de identificação oficial com foto do requerente.
 - CPF do requerente.
- **Documentos do Detento:**
 - CPF do detento.
 - Certidão de recolhimento à prisão.
- **Comprovação de Dependência e de Baixa Renda:**
 - Documentos que comprovem a dependência econômica do requerente em relação ao detento.
 - Comprovante de renda do grupo familiar.

8. Salário-Família

- **Documentos do Requerente:**

- Documento de identificação oficial com foto.
- CPF.
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- **Documentos dos Dependentes:**
 - Certidões de nascimento dos filhos ou documento de guarda.
 - Comprovante de frequência escolar (para filhos de 7 a 14 anos).
 - Comprovante de vacinação (para filhos menores de 7 anos).

9. Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS)

- **Documentos Pessoais:**
 - Documento de identificação oficial com foto.
 - CPF.
 - Comprovante de residência.
- **Comprovação de Condição:**
 - Laudo médico indicando a deficiência, para pessoas com deficiência.
 - Comprovante de renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo, para idosos e pessoas com deficiência.

REVISÃO DA APOSENTADORIA

A revisão da aposentadoria é um procedimento pelo qual os beneficiários de aposentadorias pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem solicitar uma nova análise de seu benefício, caso acreditem que houve erro no cálculo ou na consideração dos períodos contributivos, entre outras possíveis irregularidades. Esse processo pode levar a um ajuste do valor da aposentadoria, seja para mais ou para menos, dependendo do resultado da revisão.

Motivos Comuns para Revisão

1. Erro no Cálculo: Equívocos no cálculo do valor do benefício.
2. Tempo de Contribuição Não Considerado: Períodos de contribuição que não foram contabilizados.
3. Revisão por Mudança na Legislação: Alterações legais que possam beneficiar o aposentado.
4. Inclusão de Vínculos e Salários: Vínculos empregatícios e remunerações não considerados inicialmente.

5. Atividade Especial Não Reconhecida: Tempo de trabalho em condições especiais que não foi devidamente convertido.

Documentação Necessária

A documentação varia conforme o motivo da revisão, mas de forma geral, pode incluir:

1. Documentos Pessoais:
 - Documento de identificação com foto e CPF.
 - Comprovante de residência.
2. Documentação Relativa ao Benefício:
 - Carta de concessão da aposentadoria.
 - Extratos de pagamento do benefício.
3. Comprovação de Períodos de Contribuição Não Considerados:
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
 - Guias de recolhimento do INSS.
 - Documentos que comprovem pagamento de contribuição como autônomo.
 - Documentação de tempo de serviço militar, se aplicável.
4. Para Atividade Especial:
 - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).
 - Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

Procedimento para Requerimento de Revisão

1. **Análise Preliminar:** Verifique a possibilidade de revisão consultando um especialista em direito previdenciário, que pode ajudar a identificar erros e orientar sobre a documentação necessária.
2. **Solicitação:** O pedido de revisão pode ser feito diretamente no portal “Meu INSS” ou em uma agência do INSS, mediante agendamento prévio. É necessário preencher o formulário de pedido de revisão e anexar toda a documentação comprobatória.
3. **Acompanhamento:** Após a solicitação, é possível acompanhar o andamento do processo pelo próprio portal “Meu INSS” ou pelo telefone de atendimento do INSS.

Exemplo Prático

Situação: João descobre que o tempo que trabalhou exposto a agentes nocivos não foi considerado como atividade especial em sua aposentadoria.

Ações:

- João reúne sua documentação pessoal, a carta de concessão da aposentadoria, o PPP e o LTCAT que comprovam a exposição a condições especiais.
- Ele acessa o portal “Meu INSS”, preenche o pedido de revisão do benefício, anexando os documentos necessários.
- João acompanha o processo de revisão pelo portal, aguardando a análise do INSS.

Resultado: Após a análise, o INSS reconhece o período de atividade especial de João. Seu tempo de contribuição é recalculado, resultando em um aumento do valor de sua aposentadoria.

Observações Finais

É importante destacar que existe um prazo de 10 anos a partir da data de início do pagamento do benefício para solicitar a revisão, exceto em casos de erro evidente por parte do INSS. Consultar um advogado especializado pode ser crucial para avaliar a viabilidade e para orientar no processo de revisão da aposentadoria.



Assinatura do Kit de Procuração
Escanear Documentação e Enviar

Após a solicitação de documentação do cliente ele deve assinar o kit de procuração

O que é o **kit de procuração**?

1. É a **procuração judicial** para representar o cliente administrativamente junto ao inss e a justiça
2. A **declaração de justiça gratuita** para não pagar nada na justiça
3. E o **contrato de honorários** referente aos serviços que serão prestados caso haja aprovação do benefício previdenciário

Observação!

Sempre é **solicitado a senha do Meu INSS ao cliente para que possamos realizar o procedimento administrativo junto ao INSS**

A **senha do INSS consegue por meio da ida do cliente ao INSS que será gerada uma senha provisória que será entregue ao afiliado ou ao nosso escritório para gerarmos a senha permanente.**

Depois disso deve enviar escaneado os documentos para plataforma slack para podermos dá continuidade no trabalho de protocolo de benefício previdenciário.

Será gerado um protocolo administrativo ou judicial e será dado um tempo para termos uma resposta do INSS por via administrativa se foi negado ou provado. Se for negado será feito o procedimento judicial, que gerará um número de processo e faremos o acompanhamento.

Modelos de Kit de Procuração
